

## *Nota da AIDP-Brasil*

*"O Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal - entidade que congrega penalistas de todo o mundo, com sede em Paris e status de órgão consultivo da ONU [Organização das Nações Unidas] - deliberou, em reunião de seu Conselho Diretor realizada ontem [quinta-feira] em São Paulo, manifestar-se publicamente sobre as operações policiais que neste momento estão sendo realizadas por contingentes das Forças Armadas em favelas do Rio de Janeiro.*

*Reconhecendo embora que uma diligência de busca domiciliar, motivada em fundados indícios e devidamente autorizada pelo órgão judiciário competente, para a recuperação de algumas armas subtraídas de lugar sujeito à administração militar, constituiria medida compatível com a legislação penal e processual penal militar e com os princípios do Estado democrático de direito, ressalta-se que as operações concretamente realizadas revelam-se abusivas e convertem aquela situação lícita inicial num mero pretexto para uma atuação opressiva sobre a população civil pobre, que não se coaduna com as gloriosas tradições do Exército brasileiro.*

*Em primeiro lugar, que mandado de busca será este que expõe à vigilância e à invasão dezenas de milhares de domicílios? Se por acaso tratar-se de um daqueles mandados genéricos, abrangentes de ruas ou mesmo de bairros, o juiz-auditor que o expediu transbordou do Código de Processo Penal Militar, e no âmbito da Justiça ordens ilegais não devem ser cumpridas.*

*Seria requisito do mandado expedido pelo juiz-auditor 'indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome de seu morador ou proprietário' (art. 178, al. a CPPM). A ordem de violação do domicílio não pode ser expedida contra todos os moradores de uma área!*

*Em segundo lugar, a busca domiciliar deverá ser executada durante o dia (art. 175 CPPM), e 'de modo que não moleste os moradores mais do que o indispensável ao bom êxito da diligência' (art. 178, ° 3º CPPM). A lei está sendo escandalosamente desrespeitada, e constitui*

*uma contradição moral tentar impor a lei através de infrações à própria lei.*

*Ressalvadas as boas intenções, as aparatosas operações, que estão levando constrangimento e terror às comunidades faveladas, dentro da pior tradição policial da história do Rio de Janeiro, terminam por sinalizar algo preocupante: que as Forças Armadas brasileiras, essenciais para a defesa da nação e para proteção do patrimônio nacional, estariam dispostas a se transformar em milícias envolvidas no modesto horizonte dos distúrbios urbanos e dos conflitos sociais criminalizados.*

*O aplauso fácil que provém de certos órgãos da mídia e dos leitores por eles formados estará porventura encobrendo a silenciosa satisfação dos interesses antinacionais com a metamorfose da grande instituição destinada à defesa da pátria numa espécie de capitão-do-mato dos quilombos do neoliberalismo.*

*Em 1887, o Marechal Deodoro, então presidente do Clube Militar, dirigiu-se à Regente pleiteando que o Exército não fosse empregado naquilo que ele chamou de 'papel menos decoroso e menos digno', referindo-se à recaptura de escravos. O Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal espera que as palavras do grande brasileiro ecoem na alma de nossos Chefes militares.*